

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO HUMANO

MESSIAS MODESTO DOS PASSOS¹

RESUMO: A estratégia de “desenvolvimento” adotada no Brasil, divorciada da variável sócio-ambiental, tem agudizado o processo de degradação dos recursos naturais, da qualidade de vida seja na área urbana, pela desordenada ocupação do solo, motivada pela especulação imobiliária, pela grande deficiência do saneamento básico, etc., seja na área rural, pela excessiva concentração da propriedade fundiária e os incentivos/subsídios a uma agricultura capitalista, orientada para a exportação em detrimento de culturas alimentares, etc. Deve-se ao avanço das frentes pioneiras num país de dimensões continentais e em processo de ocupação, que a população se reproduza e cresça mediante esforço mínimo de acumulação. A degradação do meio natural é compensada pela expansão do espaço econômico. O processo de colonização e de valorização dos espaços vazios ao longo da história do Brasil se deu por etapas - com predomínio de um, ou da associação de múltiplos esquemas -, e foi movido pela produção de matérias primas, voltadas para o mercado externo. Essa é uma das razões da fragilidade dos esquemas, ditos de modernização. Os esquemas (1) oligárquico tradicional, (2) nacional populista, (3) da redefinição capitalista pós 1964 e (4) neo-liberal (Brasil Novo/Brasil do Real), implementados no Brasil com o objetivo de superar as barreiras do subdesenvolvimento e atingir o *status* de país moderno, efetivaram-se - invariavelmente -, às custas de modelos socialmente injustos e ambientalmente incorretos². Se de um lado o Estado assume um papel determinante na intervenção e funcionamento da economia, de outro, ele exalta a iniciativa privada e as “virtudes” do mercado livre, notadamente no setor agrícola. As políticas de modernização viram “a lei do mais forte”, desestruturando o desenvolvimento regional, regidas pelo mercado e com a benevolência do Estado. No sentido de mostrarmos que a PROBLEMÁTICA AMBIENTAL não é mais do que uma forma sob a qual a PROBLEMÁTICA SOCIAL se revela e se expressa, optamos por explicitar três formas como a natureza tem sido abordada: (1) o *ecologismo* (fins do séc. XIX/anos 70-80); (2) a *Rio -92*; (3) a *definição do IDH/ONU*.

PALAVRAS CHAVE: Estratégia de desenvolvimento; degradação de recursos naturais, desenvolvimento humano.

ABSTRACT: The strategy of “development” adopted in Brazil, taken apart the social and ambient variables, has sharpened the process of degradation of natural resources, of quality of life either in the urban area, due the disorganized occupation of the soil, motivated by speculation, by the huge deficiency of sanitation, etc., or in the rural area, by the excessive concentration big properties and the incentives/subsidies given to a capitalist agriculture, oriented throughout the exportation instead of nutritional cultures, etc. Due the progress of pioneer movements, in such a country with continental dimensions and in process of occupation, the population increases in front of a minimum effort of accumulation. The degradation of the environment is balanced by the expansion of the economic space. The colonization and valorization process of empty areas all along the History of Brazil, took place by different stages - with predominance of one or through the association of many schemas - and was encouraged by the production of raw material oriented to foreign markets. This is one of the reasons of the schemas fragility, called of modernization. The

¹ Docente do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Maringá.

² Ver: PASSOS, M. M DOS “A questão agrária e as relações sociedade-natureza”. In: *Revista de Ciências Humanas*, vol 14, n° 20, outubro 1996, pp. 35-50.

schemas (1) traditional "oligarchy", (2) populist national, (3) capitalist redefinition after 1964 and (4) new liberal (New Brazil/Brazil of Real), implemented in Brazil with the goal of surpass the underdevelopment barriers and to attain the status modern country, became effective – invariably – due socially unfair models. If by one side the State has a decisive role in the intervention and running of the economy, by another, it incentives the private initiative and the "virtues" of free market, especially in the agricultural sector. The modernization politics, guided by the market and the benevolence of the State end up being "the law of the strongest" unbalancing the regional development. In the meaning of showing that the Environmental Problem is nothing else than a way through which the Social Problem shows itself, we have decided to express three ways through which the nature has been approached: (1) the ecologism (end of XIX century / years 70-80; (2) the Rio-92; (3) the IDH/ONU definition.

KEY WORDS: Strategy of development; degradation of natural resources, human development.

APRESENTAÇÃO

No primeiro semestre de 1998, ministramos, para um grupo de 12 alunos do Curso de Pós-Graduação em Geografia (AC: "Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental), a Disciplina "*Globalização e seus impactos: integração ou desintegração regional?*". A referida disciplina foi desenvolvida em duas etapas. A primeira, constou de uma abordagem teórica sobre globalização/regionalização e, ainda, de uma apresentação de aspectos da ocupação/organização do território dos três países visitados - Portugal, Espanha e França -. A segunda etapa sustentou-se no que poderíamos denominar de "viagem de estudos" e contou com a valiosa contribuição dos Profs. Doutores Rui Jacinto, Lúcio Cunha e José Pereira de Oliveira/Universidade de Coimbra-Portugal; Miguel Angel Luengo Ugidos e Valentín Cabero Diéguez /Universidad de Salamanca-Espanha; Pierre Laborde/Université de Bordeaux-França; Robert Bariou e Equipe Costel/Université Rennes 2-França e, ainda, de André Fischer/Université Sorbonne I-Paris-França.

Uma iniciativa desse vulto deve ser digerida geograficamente pelo grupo que diretamente participou da idéia inicial, do projeto e da sua realização. Nesse caso, os alunos, os dois professores³, o Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP - Câmpus de Presidente Prudente, e é claro deve ser divulgada para a Comunidade Geográfica Brasileira.

Nesse momento, apresentarei uma reflexão da temática "Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano", a partir da minha rápida participação no Congresso da Juventude do Partido Socialista Obreiro Espanhol, realizado na Universidade de Salamanca, no período de 10 a 12 de maio de 1998. E por que a escolha dessa temática?

Há várias razões/motivações que nos levaram a escolher a referida temática. Contudo, a principal e mais objetiva, é de chamarmos atenção como as Discussões/Propostas e Princípios elencados na Agenda 21 foram desconsideradas/esquecidas pela Sociedade Brasileira e, ao contrário, muito questionadas/revisadas e cobradas em países da Europa, no caso específico a Espanha. Será que é prematuro afirmar que nos deixamos levar pelo modismo/pela mancha do dia e, assim, vamos perdendo oportunidades de um aprofundamento político-institucional de avanços na questão dos Direitos Universais do Homem ou, mais precisamente, na questão da Cidadania?

³ Profs. Drs. MESSIAS MODESTO DOS PASSOS (Dpto. de Geografia da UEM-Maringá/PR) e ELISEU SAVÉRIO SPÓSITO (Dpto. de Geografia da FCT-UNESP, Câmpus de Presidente Prudente/SP).

INTRODUÇÃO

Entender/solucionar os problemas ambientais brasileiros é uma tarefa muito complexa, visto que os mesmos têm relação com as formas tomadas pelo desenvolvimento capitalista no Brasil, sobretudo pós 1964, que se manifestam numa série de questões correlatas como a **crise econômica** - a recessão, o desemprego, a inflação, a dívida externa, a dívida interna, etc.; a **crise social**, que é uma crise estrutural, gerando desigualdades, pobreza, marginalidade, etc. e a própria **crise moral**, que atinge particularmente o poder público.

Na verdade, a estratégia de “desenvolvimento” adotada no Brasil, divorciada da variável sócio-ambiental, tem agudizado o processo de degradação dos recursos naturais, da qualidade de vida seja na área urbana, pela desordenada ocupação do solo, motivada pela especulação imobiliária, pela grande deficiência do saneamento básico etc., seja na área rural, pela excessiva concentração da propriedade fundiária e os incentivos/subsídios a uma agricultura capitalista, orientada para a exportação em detrimento de culturas alimentares etc.

Deve-se ao avanço das frentes pioneiras, num país de dimensões continentais e em processo de ocupação, que a população se reproduza e cresça mediante esforço mínimo de acumulação. A degradação do meio natural é compensada pela expansão do espaço econômico. O processo de colonização e de valorização dos espaços vazios ao longo da história do Brasil se deu por etapas - com predomínio de um, ou da associação de múltiplos esquemas -, e foi movido pela produção de matérias prima, voltada para o mercado externo. Essa é uma das razões da fragilidade dos esquemas, ditos de modernização.

O esquema (1) oligárquico tradicional, (2) nacional populista, (3) da redefinição capitalista pós 1964 e (4) neoliberal (Brasil Novo/Brasil do Real), implementados no Brasil com o objetivo de superar as barreiras do subdesenvolvimento e atingir o *status* de país moderno, efetivaram-se - invariavelmente -, às custas de modelos socialmente injustos e ambientalmente incorretos⁴.

Se de um lado o Estado assume um papel determinante na intervenção e funcionamento da economia, de outro, ele exalta a iniciativa privada e as “virtudes” do mercado livre, notadamente no setor agrícola. As políticas de modernização viram “a lei do mais forte”, desestruturando o desenvolvimento regional, regidas pelo mercado e com a benevolência do Estado.

No sentido de mostrarmos que a PROBLEMÁTICA AMBIENTAL não é mais do que uma forma sob a qual a PROBLEMÁTICA SOCIAL se revela e se expressa, optamos por explicitar três formas como a natureza tem sido abordada: (1) o *ecologismo* (fins do séc. XIX / anos 70-80); (2) a *Rio -92*; (3) a *definição do IDH/ONU*.

O ECOLOGISMO

O *ECOLOGISMO* (fins do século XIX/anos 70-80), sustentado em três variáveis principais:

- *conservação-preservação* da natureza: premia a idéia e a prática de estabelecerem-se os santuários ecológicos, ou seja, já que não é possível corrigir os impactos ambientais negativos definem-se áreas de preservação intocáveis. O ecologismo acusa o “Homem”, de forma abstrata e genérica e coloca a “civilização” no banco dos réus, como um mero conceito, desvinculado da sua contextualização histórica, cultural, tecnológica etc.;

⁴ Ver: PASSOS, M. M DOS “A questão agrária e as relações sociedade-natureza”. In: *Revista de Ciências Humanas*, vol 14, nº 20, outubro 1996, pp. 35-50.

- *biologismo social* dos ecólogos: que se caracteriza por uma linguagem Darwiniana, uma abordagem sistêmica do mundo e uma concepção ecossistêmica dos meios urbanos;
- *sacralização* objetiva de uma natureza mítica, ou seja, defende a idéia e o princípio de adaptar as atividades humanas às exigências objetivas da ordem natural.

No fim dos anos 70, o *ecologismo* tornara-se uma visão de mundo e um modo de vida, mais do que uma corrente mais ou menos organizada de defesa da natureza.

A partir de meados dos anos 80, o debate da QUESTÃO AMBIENTAL ganha um caráter ideológico – a defesa da ecologia passou a ser discutida sob o enfoque crítico ao modelo econômico/desenvolvimentista.

A RIO-92

A "Rio-92" tem como nome oficial *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Foi criado um logotipo com símbolo onde se lê **Rio-92**. Contudo, como a ecologia ainda está na moda e, como a opinião pública e a imprensa, de um modo geral, associam ou confundem ecologia e meio ambiente, foi maquilado o nome Eco-92, até mesmo para se vender camisetas e outros *souvenirs* de modo geral.

No entanto, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, reunida no Rio de Janeiro de 3 a 14 de junho de 1992, tinha um caráter político-institucional muito mais forte, cujo debate e reavaliações fazem parte de políticas locais-regionais de muitos países. Na verdade, a Agenda-21 é muito discutida dentro das Universidades, dos Partidos Políticos e de parcela significativa da sociedade européia.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO-92),

COM O OBJETIVO DE estabelecer uma aliança mundial nova e equitativa mediante a criação de novos níveis de cooperação entre os Estados, os setores chaves das sociedades e pessoas,

PROCURANDO ALCANÇAR acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e se proteja a integridade do sistema ambiental e de desenvolvimento mundial,

RECONHECENDO a natureza integral e interdependente da Terra, nossa casa, PROCLAMA QUE:

PRINCÍPIO 1

Os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza.

PRINCÍPIO 2

O direito ao desenvolvimento deve exercer-se em forma tal que responda equitativamente às necessidades de desenvolvimento e ambientais das gerações presentes e futuras.

PRINCÍPIO 3

Todos os Estados e todas as pessoas deverão cooperar na tarefa essencial de erradicar a pobreza como requisito indispensável do desenvolvimento sustentável, a fim de reduzir as disparidades nos níveis de vida e responder melhor às necessidades da maioria dos povos do mundo.

PRINCÍPIO 4

Para alcançar o desenvolvimento sustentável e uma melhor qualidade de vida para todas as pessoas, os Estados deveriam reduzir e eliminar os sistemas de produção e consumo insustentáveis e fomentar políticas demográficas apropriadas.

PRINCÍPIO 5

Os Estados deveriam cooperar para reforçar a criação de capacidades endógenas para alcançar um desenvolvimento sustentável, aumentando o saber científico mediante o intercâmbio de conhecimentos científicos e tecnológicos, e intensificando o desenvolvimento, a adaptação, a difusão e a transferência de tecnologias, entre estas, tecnologias novas e inovadoras.

PRINCÍPIO 6

O melhor modo de tratar as questões ambientais é com a participação de todos os cidadãos interessados, no nível que corresponda. No plano nacional, toda pessoa deverá ter acesso adequado à informação sobre o meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, incluída a informação sobre os materiais e as atividades que oferecem perigo em suas comunidades, assim como a oportunidade de participar nos processos de adoção de decisões. Os Estados deverão facilitar e fomentar a conscientização e a participação do público expondo a informação à disposição de todos. Deverá proporcionar-se acesso efetivo aos procedimentos judiciais e administrativos, entre estes, o ressarcimento de danos e os recursos pertinentes.

PRINCÍPIO 7

Os povos indígenas e suas comunidades, assim como outras comunidades locais, desempenham um papel fundamental na ordenação do meio ambiente e no desenvolvimento devido aos seus conhecimentos e práticas tradicionais. Os Estados deveriam reconhecer e prestar o apoio devido à sua identidade, cultura e interesses e velar para que participem efetivamente do desenvolvimento sustentável.

Como a maioria dos problemas e das soluções de que se ocupa o PROGRAMA 21 estão *relacionados com as atividades locais*, a participação e a cooperação das autoridades constituirão um fator determinante para o sucesso dos objetivos do Programa. As autoridades locais se ocupam da criação, do funcionamento e da manutenção da infraestrutura econômica, social e ecológica, supervisionam os processos de planejamento, estabelecem as políticas e regulamentações ecológicas locais e contribuem à execução das políticas ambientais nos planos nacional e regional. Em seu caráter de autoridade mais próxima ao povo desempenham uma função importantíssima na educação e mobilização do público em pró do desenvolvimento sustentável.

Durante o Congresso da Juventude do PSOE, discutiram-se esses princípios da AGENDA 21 e, sobretudo, a repercussão dos mesmos no nível de emprego/desemprego, investimentos públicos e privados, integração/desintegração regional, qualidade de vida etc.

O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO/IDH – ONU

A partir dos anos 90 entra em cena a discussão sobre Desenvolvimento Sustentável⁵, um parâmetro mal definido e muito ambíguo. Sendo assim, creio, que seja preferível trabalharmos com o **IDH**, pois o que está em pauta no momento atual é a *Qualidade de Vida como reflexo de muitas variáveis, entre as quais a qualidade do ambiente*.

O IDH é um índice sintético elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Ele é composto por indicadores de três áreas:

- **REDA:** é medida pelo PIB per capita, em dólares, ajustado pelo poder de compra em cada país. O PIB per capita ajustado do Brasil passou de US\$ 5.326,00 em 1994 para US\$ 5.928,00 em 1995. Esse crescimento de 11% fez com que o índice de PIB do Brasil passasse de 0,87 para 0,94, puxando o IDH brasileiro para o patamar superior a 0,800.
- **EDUCAÇÃO:** é medida por dois indicadores, a taxa de alfabetização da população de 15 anos de idade ou mais (que corresponde a 2/3 desse índice) e o número de matrículas no ensino de 1º, 2º e 3º graus, dividido pela população em idade escolar.
- O índice de educação passou de 0,79 para 0,80, fruto do aumento do percentual da população brasileira de 15 anos ou mais considerada alfabetizada.
- Essa taxa era de 82,7% em 1994 e passou para 83,3% em 1995. A alfabetização corresponde a dois terços do índice de educação. O outro terço é medido pela taxa bruta de matrícula da população em idade escolar nos três níveis de educação: 1º, 2º e 3º graus.
- **SAÚDE:** é medida pela esperança de vida ao nascer, em anos. Terceiro componente do IDH, o índice de saúde do Brasil ficou estável entre 1994 e 1995: 0,69. Um brasileiro nascido em 1994 tinha, em média, a expectativa de viver até os 66,4 anos. Para os nascidos em 1995, essa expectativa era levemente maior: 66,6 anos.

O Brasil chegou pela primeira vez ao grupo dos países com alto nível de desenvolvimento humano, segundo relatório divulgado oficialmente pelas Nações Unidas. O país atingiu 0,809 no IDH, o que o coloca em 62º lugar entre 174 países. No relatório do ano passado, o Brasil ocupava a 68ª posição no ranking de 174 países. Uma nação é considerada com alto IDH quando ultrapassa 0,800.

Os dados do Relatório sobre IDH de 1998 referem-se a 1995. Nas edições anteriores da série, iniciada em 1990, o Brasil ficava no grupo dos países com nível de desenvolvimento humano médio.

O principal motivo para o crescimento do IDH do Brasil foi o aumento do PIB per capita entre 1994 e 1995.

O que se vê no relatório da ONU, é o retrato de um pedaço completo da História do Brasil. Não é a avaliação de um governo, de um plano econômico ou de uma conjuntura internacional favorável, embora todos esses fatores tenham contribuído para os resultados.

⁵ As políticas de Desenvolvimento e Integração Regional devem ter como opção maior a sustentabilidade dos seguintes quesitos: (1) viabilidade econômica; (2) equidade social; (3) qualidade ambiental; (4) aceitabilidade moral e social; (5) qualidade estética.

A título de maior precisão do significado do IDH brasileiro, acrescentamos a tabela da DESIGUALDADE DO CRESCIMENTO E DA POBREZA EM % (nas seis principais regiões metropolitanas, de 90 a 96)

TABELA 1 – Desigualdade do crescimento e da pobreza

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Parcela de renda dos 50% mais pobres	12,8	13,6	13,1	12,5	11,3	12,2	12,3
Parcela de renda dos 20% mais ricos	62,8	60,9	61,1	62,1	64,7	62,6	62,4
Grau de Desigualdade	4,91	4,48	4,67	4,97	5,73	5,14	5,08
Crescimento do PIB per capita	-5,9	-1,3	-2,3	2,7	4,5	2,8	1,5
Proporção de pobres	22,6	25,5	32,2	32,3	33,4	27,8	25,1

O ritmo de crescimento do IDH brasileiro foi de 1,8% ao ano de 1992 a 1994, contra 1,0% entre 1980 e 1992. Mesmo assim, o incremento do desenvolvimento humano do país ainda ocorre em uma velocidade inferior à dos anos 70. De 1970 a 1980, o IDH do Brasil melhorou num ritmo de 2,9% ao ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A análise da evolução do Índice de Desenvolvimento Humano⁶ mostra que o Brasil avança para um quadro mais homogêneo. Por exemplo: (a) no IDH-1970, todos os Estados e territórios eram classificados como muito pobres, com exceção de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Amapá; (b) no IDH-1980, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro alcançam alto IDH. Maranhão e a maioria dos Estados do Nordeste permanecem na linha da pobreza; (c) no IDH-1990, toda a Região Sul, mais São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo têm alto IDH. Somente Maranhão e Piauí continuam na pior classificação; (d) no IDH-1996, nenhum Estado permanece na linha da pobreza. Com a inclusão de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Roraima, já são dez os Estados com alto IDH.

O Jornal Folha de São Paulo (11/07/99) apresenta matéria com o título “Qualidade de Vida”, cujo conteúdo chama a atenção para o Relatório das Nações Unidas que revela que a qualidade de vida no Brasil melhorou entre 1995 e 1997. Mas o país foi reclassificado pela ONU e saiu do grupo de países em alto desenvolvimento humano, voltando ao rol dos de médio desenvolvimento, onde esteve até 1995. O relatório da ONU (1999) faz severas críticas à globalização e qualifica de “grotescas” as diferenças de renda e de qualidade de vida no mundo.

O Brasil é um país desigualmente desenvolvido com forte teor de injustiça/exclusão social. A economia brasileira já suporta uma distribuição de renda de modo a eliminar a pobreza, mesmo que progressivamente.

A mescla de indicadores socioeconômicos do Índice de Desenvolvimento Humano da ONU favorece o Brasil. A classificação brasileira se deve, na verdade, ao PIB per capita – que oculta a má distribuição de renda. Uma análise dos indicadores sociais isoladamente, colocaria o Brasil em posição mais baixa e constrangedora.

Afinal, que país é este?

- Janio de Freitas, em artigo publicado na Folha de São Paulo de 23/12/98 diz que somos um “país submergente”. Segundo ele,

⁶ O IDH – é obtido de uma combinação da expectativa de vida, da taxa de analfabetismo, do nível de escolaridade e da renda per capita ajustada. O índice máximo é 1. O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas - Relatório de 1997 – aponta o Canadá como o país de melhor IDH (0,960) e Serra Leoa como o país de pior IDH (0,176). O IDH é considerado alto quando atinge nível superior a 0,800.

.....*Emergente. De volta ao FMI, como há 20 anos. Com desemprego recordista. Com a dívida aumentada em quatro anos mais do que nas últimas duas décadas. Com os juros reais mais altos do mundo. E a distribuição de renda entre os três piores. A pior, aliás, mesmo na América Latina povoada de países pobres.*

.....*Mas o que o FMI vem dizer é mesmo que o Brasil cairá em recessão de pelo menos 1% em 99. No país que precisa desesperadamente de crescimento, é uma extensa caminhada para trás. Com a pobreza avançando, as ameaças de estouro avançando sobre as ruas, as casas, os carros, os transeuntes.*

- O geógrafo Manuel Correia de Andrade, em artigo publicado na Folha de São Paulo, sob o título de "Contrastes Brasileiros", observa:

.....*"O Brasil é um país de grandes contrastes: ora se apresenta como um país rico, ora como um país pobre. Daí nos lembrarmos de uma frase do então Presidente Médici que teria dito "o Brasil é um país rico, mas os brasileiros são pobres".*

Desde 1990, a ONU – Organização das Nações Unidas – abandonou o uso da renda per capita como indicador de desenvolvimento, em vista do contraste existente entre os países desenvolvidos, cuja renda per capita melhor distribuída entre a população, e aqueles que tinham uma renda per capita muito concentrada, como os países árabes produtores de petróleo. Se a renda per capita brasileira é baixa, o índice de desenvolvimento humano também o é, face à grande percentagem de analfabetos na população do país, acrescentando-se também uma modesta esperança de vida – de 64 a 69 anos.

Não é nosso objetivo, nesse momento, desenvolvermos uma análise mais aprofundada das variáveis envolvidas na evolução do IDH brasileiro. No entanto, a quem possa interessar, aconselhamos refletir sobre os modelos de desenvolvimento/modernização "implantados" no Brasil, sobretudo, o Plano de Metas do governo JK (1956-60) quando se instituíram as políticas (a) de desenvolvimento da rede urbana (b) de desenvolvimento da rede de transporte e comunicações e (c) da produção e distribuição de energia. Certamente, o paradigma urbano-industrial – apesar das suas vicissitudes – seja o principal motivador da evolução do IDH no Brasil.

Outro caminho, para esse mesmo entendimento, é sermos atentos às mudanças socioespaciais dos últimos 60 anos que transformaram o Brasil, um país essencialmente agrário, até então, em um país urbano-industrial com impactos paisagísticos agudizados por algumas variáveis que dificultam enormemente o encontro de um modelo de desenvolvimento que seja socialmente justo e ambientalmente correto:

- a dispersão espacial das atividades, em parte justificada pelas dimensões continentais do território mas, certamente, devido ao caráter de nossa formação sócio espacial marcada pela "economia de fronteira";
- a compressão temporal, ou seja, a velocidade das mudanças socioeconômicas e, claro, das definições e redefinições das políticas territoriais que atenderam/atendem muito mais às conjunturas e às regras ditadas de fora para dentro, não considerando os custos da desintegração regional e, principalmente, da ausência do tempo suficiente para a consolidação/sedimentação das economias locais-regionais e, claro, da construção paisagística;

- a concentração, fenômeno considerável da dinâmica territorial brasileira, manifestada na concentração da pobreza nas periferias das médias e grandes cidades; concentração de renda e de patrimônio;
- os *brasis*, Brasil Atlântico, Brasil interior, Brasil povoado, Brasil pouco povoado, Brasil rico, Brasil pobre, mas sobretudo um Brasil de grandes diferenças locais e regionais. Brasil de sobreposição do moderno com o arcaico marcadamente híbrido, ambivalente, instável e dinâmico, herança do processo de “modernização conservadora”.

- Os problemas ambientais chamam a atenção de inúmeros estudiosos (economistas, historiadores, filósofos, naturalistas, juristas, ecologistas, sociólogos, geólogos, geógrafos, biólogos etc.) que se dedicam ao estudo de diferentes problemas e/ou a diferentes abordagens de um mesmo problema. De um modo geral, essas abordagens oscilam desde previsões apocalípticas a soluções otimistas.

- A mundialização da sensibilidade e da consciência ambiental colocou o debate ecológico na agenda de políticos, da opinião pública e da imprensa em geral.

- Todavia, é preciso refletirmos sobre alguns aspectos do atual debate ecológico sobretudo, para o que já se denomina de “imperialismo verde”, ou seja, a pretensão dos ambientalistas (leia-se: países ricos) de “salvar paisagens das pessoas que vivem nelas”. Isto não é uma espécie de neocolonialismo?

Ainda, a título de considerações finais, vejamos algumas reflexões em relação ao crescimento demográfico, verificado no século atual, e a sua pressão sobre os recursos naturais. Sendo verdadeira a avaliação de que a atividade econômica dos últimos cinquenta anos acusou um crescimento excepcional que submeteu o planeta à uma forte pressão, os desenvolvimentos econômicos e demográficos caminharam em direções opostas. Na verdade, 90% da produção mundial são efetivados exclusivamente por um pequeno número de Estados desenvolvidos - que representam apenas 1/3 da população mundial total. Os 10% restantes são produzidos por países subdesenvolvidos ou em via de desenvolvimento com uma importante economia agrícola, porém, de baixa produtividade e com meios de substituição disponíveis muito insuficientes - em relação à disproporção e ao importante crescimento demográfico.

Assim, enquanto que os países industrializados, marcados por um declínio demográfico, aumentam sempre mais suas riquezas, aqueles que não são industrializados são isolados e colocados à margem dos progressos técnicos e econômicos, dobrando suas populações no tempo de uma geração.

Assegurar a sobrevivência de uma população em crescimento permanente constitui um desafio para o próximo milênio, se considerarmos que, segundo algumas estimativas, em 2030 a população mundial chegará a 10 bilhões de pessoas. Para suprir as necessidades alimentares de todo o mundo - referindo-se somente aos alimentos conhecidos atualmente - será preciso um aumento de 75% da produção agrícola! A expansão da agricultura - nos padrões observados atualmente -, será uma variável de grandes impactos negativos no meio ambiente e, inclusive, com a expansão do processo de desertificação.

As teses propostas para um reequilíbrio entre recursos e população se fundamentam, frequentemente, em hipóteses incompatíveis. Entre as quais, é impensável que as desigualdades entre o Norte e o Sul do planeta possam ser resolvidas reduzindo-se os nascimentos. A experiência dos países industrializados, a este propósito, demonstra que o controle da natalidade está à juzante do crescimento econômico e, não ao contrário, ou seja, à sua montante. O processo de reequilíbrio, a princípio, deverá contemplar o conjunto da população mundial e, sobretudo, ser atento à necessidade de revisão dos padrões/modelos de produção e de desenvolvimento, racionalizando o consumo, os recursos e os modos de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CANTONI, L. 1995. Population et ressources. Certaines pierres d'echoppement. *Agriculture*, n. 269/270, p. 2-19..
- COMISSÃO MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO – 1992. *Nuestro futuro común*. Madri: Alianza Editorial S.A.,.
- Qualidade de Vida 1999. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 jul.. Caderno Especial.
- PASSOS, M. M DOS. 1996. A questão agrária e as relações sociedade-natureza. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 14, n. 20, p. 35-50, out.
- VEJA 1998. São Paulo, 16 set.
- TAMAMES, R. 1995. *Ecología y desarrollo sostenible*. Madri: Alianza Editorial S.A.,
1985. TAPIA, F., TAHARIA, M. *Medio ambiente: alerta verde?* Madri: Acento Editorial.,
- UNIVERSIDADE DE SALAMANCA. 1998. *Universidad y Medio Ambiente – Políticas Mediambientales y Unión Europea*. Documento para debate. Congresso da Juventude do PSOE – Grupo Parlamentar do Partido dos Socialistas Europeus//PSOE. Secretaria de Movimentos Sociais. Secretaria de Meio Ambiente. Salamanca/Espanha. Maio.